

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, ENSINO DE LÍNGUAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Marilice Zavagli Marson<sup>1</sup>  
Taisa Pinetti Passoni<sup>2</sup>

**RESUMO:** A presente resenha tem por objetivo tratar dos principais temas e discussões que caracterizam o livro Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização (2015). Organizada por Claudia Hilsdorf Rocha, Denise Bértoli Braga e Raquel Rodrigues Caldas, a obra publicada pela Pontes Editores, conta com nove capítulos de diferentes autores que orientam suas contribuições pelo viés dos estudos da linguística aplicada. Partindo do contexto da globalização, o livro reúne trabalhos que tratam pontualmente das relações entre as políticas para o ensino de línguas com a internacionalização e com as tecnologias da comunicação e da informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Línguas; Globalização; Internacionalização; TIC.

**Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização. Claudia Hilsdorf Rocha; Denise Bértoli Braga e Raquel Rodrigues Caldas (Orgs.). Campinas: Pontes Editores, 2015. 226p.**

O livro “Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização”, organizado por Claudia Hilsdorf Rocha, Denise Bértoli Braga e Raquel Rodrigues Caldas, representa uma compilação das discussões realizadas na II Jornada de Ensino de Língua e Tecnologia (II JELT) - idealizado pelo grupo de pesquisa Ensino de Língua Estrangeira, Formação Cidadã e Tecnologia (Unicamp/CNPq)- o qual foi realizado na cidade de Campinas, em abril de 2014.

Considerando a temática geral proposta pela obra – também foco do II JELT – podemos observar que as contribuições apresentadas pelos diferentes autores, em cada um dos seus nove capítulos, dialogam diretamente com questões emergentes da linguística aplicada contemporânea, as quais parecem ser sintetizadas no segundo capítulo do livro por Rocha. Ao discorrer sobre a escola de hoje, a autora caracteriza sua organização e seu papel como ainda baseados em princípios ocidentais seculares que são reducionistas, desse modo aponta que a educação se orienta por uma perspectiva monolíngue e monocultural de ensino. Como forma de enfrentamento deste cenário, a autora propõe uma ressignificação da escola por meio do rompimento com tais aspectos, de modo a redefinir o papel da escola e do ensino de línguas

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). marilicemarson@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Assistente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR- Campus Pato Branco). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda no mesmo programa. taisapas@gmail.com

conforme os preceitos da superdiversidade, da heteroglossia e da translinguismo - aspectos que caracterizam o contexto sócio-histórico atual e são evocados em outros capítulos do livro.

Identificando a escola e o ensino de línguas na contemporaneidade como elementos comuns às contribuições apresentadas na obra, organizamos nosso entendimento dos demais oito capítulos por meio de dois agrupamentos: os trabalhos que tratam mais especificamente da internacionalização e os estudos que se voltam para as Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC).

Figurando no primeiro grupo, o capítulo 1, de Rajagopalan, enfoca especificamente a língua inglesa no processo de internacionalização do ensino superior no Brasil. Ao evidenciar a predominância do inglês neste processo, o autor destaca que a cerca de 80% a 90% da produção científica internacional se divulga neste idioma, de modo que esta situação se coloca como uma “realidade incontestável”. Assim sendo, defende que a postura do Brasil não deveria ser a de questionar-se sobre a adoção ou não do inglês para a divulgação de suas pesquisas, mas de modo mais pragmático deveria ser a de preocupar-se com quanto tempo será necessário para que a pesquisa brasileira passe a ter destaque internacional por meio das publicações em inglês, de modo a evitar os prejuízos autoimpostos pelo posicionamento contrário.

No segundo capítulo, de autoria de Clarissa Menezes Jordão e Juliana Zeggio Martinez, podemos encontrar um posicionamento quase que oposto à contribuição anterior. As autoras problematizam os aspectos de colonialidade que marcam o ensino de inglês no Brasil: a insistência na distinção entre nativo/não nativo; a comodificação da língua; o estabelecimento como língua de acesso a conhecimentos superiores; a reprodução de modelos construídos na Inglaterra e Estados Unidos; e, por consequência, as frustrações decorrentes de tais aspectos. Para as autoras, estas características marcam as políticas educacionais do país, especialmente as de internacionalização do ensino superior que reproduzem as relações entre colônia-metrópole, com destaque ao Ciência Sem Fronteiras e, vinculado a este, o Inglês Sem Fronteiras (doravante IsF).

Situando-se em uma perspectiva pós-colonial, a fim de delinear possíveis enfrentamentos da questão, Jordão e Martinez partem das definições de Mouffe (2013) sobre identidade antagonística e agonística. Para tanto, sustentam que a construção identitária só é possível a partir da diferença, pois somente é possível conceber um “nós” se este se difere de um “eles”, sendo que, para Mouffe (2013), a diferença pode ser compreendida por meio de duas possíveis abordagens. A visão antagonística implica em uma concepção fixa de identidade, de modo que “eles” e “nós” se estabeleçam em uma relação de oposição. Já a relação agonística se funda na diferença como elemento produtivo, de modo que nenhum conhecimento é total e acabado.

Estabelece-se então a possibilidade de um processo dialógico em que as diferenças podem ser suspensas (não eliminadas) com vistas a um acordo democrático.

Atreladas a esta discussão, as autoras problematizam o conceito de língua a ser adotado neste contexto de internacionalização. Questionando a noção de proficiência linguística presente no IsF, especialmente pelo fato deste adotar referenciais de testes internacionais, Jordão e Martinez pontuam que, considerando os contatos transnacionais instaurados no contexto da internacionalização, seria mais adequada a adoção da perspectiva translíngua que colocaria em xeque a aceitação tácita dos privilégios aos falantes nativos, pois com esta assume-se que a comunicação envolve diversos recursos semióticos, se expandindo assim a noção de que um texto precise utilizar apenas uma língua por vez, de modo que seria possível se instaurar uma prática democrática agonística.

Voltando-se mais especificamente para o português brasileiro e seu processo de internacionalização no contexto global, no capítulo 4, Silva indica que, segundo Faraco (2012), tal processo teve início na expansão ultramarina de Portugal no século XV e atualmente está vivenciando uma nova fase a qual se relaciona com a conjuntura geopolítica de países e regiões, mais do que com intervenções diretas como da antiga Metrópole colonial.

Para organizar sua análise, o autor centra-se em três aspectos: geopolítico, político-linguístico e representacional. No primeiro elemento destaca que o maior protagonismo dos países chamados de emergentes em blocos econômicos, devido à crescente importância de suas economias, tem permitido um realinhamento entre países e também das relações entre as línguas. No caso do português brasileiro, seu recente processo de internacionalização está relacionado tanto a ações de política linguística do Estado brasileiro, bem como à consolidação de sua importância geopolítica e econômica recente.

No que tange à política linguística, o autor lista ações políticas promovidas pelo Estado brasileiro, mas não pretende detalhá-las, visto que propõe a discussão sobre políticas linguísticas pró-português promovidas por agentes alheios ao Estado Brasileiro, aspecto ainda pouco investigado, como o crescimento recente do *Fulbright Language Teaching Assistant Program (FLTA)* e ensino de português brasileiro nas escolas da Argentina.

Tratando da representação, enfatiza a relevância de estudos acerca dos modos como a cultura brasileira é representada no contexto de internacionalização do idioma, tomando como exemplo a difusão de estereótipos pela perspectiva dos estrangeiros, em especial pela mídia. Segundo Silva, tais elementos devem ser considerados na elaboração de uma agenda de pesquisa e de formação de professores de português para falantes de outras línguas.

O capítulo 5, de Teixeira da Silva, também trata da internacionalização pelo viés da língua portuguesa, entretanto, direciona seu foco para o ensino do idioma em Macau, especialmente por meio da análise de materiais didáticos utilizados neste contexto, um produzido no próprio local e outro importado. Para contextualizar sua análise, o autor caracteriza Macau pela superdiversidade, sendo esta entendida como lugares marcados pelas migrações internacionais e o crescimento dos ambientes virtuais como espaços de interação, é a diversidade na diversidade que emerge destes encontros, fluxos. Macau era uma pequena vila de pescadores e passou a crescer pelo comércio, hoje é marcada por um mosaico de culturas e línguas, dentre elas os diferentes portugueses. Neste cenário, o autor problematiza como lidar com as questões relacionadas à cultura, uma vez que o multiculturalismo não pressupõe interculturalismo, de modo que muitas vezes a relação entre culturas é pautada pela segregação e/ou submissão de determinados grupos a outros.

A análise de Teixeira da Silva compara as representações de países e regiões de língua portuguesa nos dois materiais didáticos analisados, sendo que, de modo geral, conclui que ambos os materiais não têm explorado representações do português como língua transnacional e pluricêntrica. Com isso conclui que a escola ainda vive em isolamento, fazendo com que a diversidade se torne invisível nela.

Figurando dentre as contribuições que se voltam para as TIC nesta obra, a discussão apresentada no capítulo 6, produzido por Costa e colaboradores trata da utilização das tecnologias no processo de formação docente, estabelecendo uma comparação entre o Brasil e Portugal e seus contextos, de modo a focar quais seriam as contribuições que esta dimensão formativa pode trazer enquanto propiciadora da concretização de exigências e necessidades do mundo contemporâneo.

Ademais, os autores se atentam a trazer à tona o fato de que responsabilizar somente os professores a expandirem seus conhecimentos sobre as novas tecnologias não se aplica, visto que o melhor a se fazer seria enfatizar o modo como as TIC têm sido apreciadas no contexto de habilitação dos docentes. Embasados nos conceitos de Gimeno Sacristán (2000), Costa e colaboradores esforçam-se para definir o enquadramento teórico-metodológico inserido neste contexto das TIC, afirmando que o currículo é essencial e precisa ser desenvolvido por meio de dinâmicas provenientes de decisões originárias de perspectivas, grupos sociais, filosofias, etc, que proporcionem um cruzamento entre práticas sociais diversas, com complexidade e conexão, isto é, com pretensões educacionais, forças e interesses.

Traçando uma conclusão do capítulo ora relatado, entendemos que os autores trazem à tona possibilidades e desafios para a formação inicial de docentes em TIC. Segundo o que eles afirmam, novos caminhos precisam ser fundamentados no que se refere à formação de futuros

professores, com a introdução de aspectos relacionados à gestão e organização da formação em TIC.

Já em relação ao sétimo capítulo da obra, verificamos que Maia ancora-se nas perspectivas defendidas por Pennycook (2004) e sinaliza que desenvolve seu texto por meio do apelo social e político fundamentado pela Linguística Aplicada Crítica.

A partir disso, o autor exhibe uma revisão de análises teóricas, embasando-se em Henry Giroux (1983), pensando na escola e no processo de reprodução da ideologia dominante. Ademais, busca acrescentar ao leitor conceitos da importância de reflexões sobre a formação crítica para a viabilização de agência na socioestrutura, tendo como base alguns autores, como Gramsci (1971), Braga (1990), entre outros.

Maia também discute a respeito do processo de apropriação das TIC e da pedagogia dos multiletramentos por meio de reflexões para uma formação crítica e uma educação transformativa. Por suas depreensões, o estudioso acredita que as TIC têm a capacidade de levantar reflexões relevantes sobre caminhos novos para uma educação dita como transformativa, pois, segundo ele, ela será imprescindível para a concretização de uma formação crítica e plausível dos cidadãos do futuro. Desta forma, apoiamos o que Maia ressalta, porém enfatizamos que esta transformação almejada precisa ser fomentada nos próprios cidadãos em formação, a fim de que eles mesmos possam perceber que muito se tem teorizado e estudado para melhorar esta realidade, a qual depende também deles para se implementar com êxito.

No capítulo 8, Azzari tem o propósito de refletir sobre como a inserção das novas tecnologias pode ser a mola propulsora para as transformações que de fato movam paradigmas educacionais. Para tanto, pauta o PNLD 2015, o qual, após o anúncio da compra e distribuição de tablets, visa a inserir o Livro Didático Digital (LDD) nas aulas de língua inglesa do Ensino Médio. Considerando este cenário, a autora aponta para uma retomada sobre qual seria o papel da Língua Estrangeira na escola. A partir do que ela apresenta, tal aspecto, segundo as OCEM (2006), seria a formação global do cidadão, o que implica o letramento e os multiletramentos vinculados às TIC.

Por conseguinte, pensando no ensino de LE, a autora argumenta em prol de uma educação linguística que promova o desenvolvimento de um pensamento crítico que visa à reconstrução de sentidos que possibilitem a compreensão de valores e ideologias que constituem discursos e práticas sociais.

Desta forma, Azzari defende que as TIC podem adentrar na sala de aula não apenas como instrumentos, mas que sejam apropriadas com critério. Assim, a autora aponta que apenas ter acesso à tecnologia não garante que a aprendizagem ocorra, pois para isso seria necessária a

adoção de uma perspectiva de letramentos multimodais e multissemióticos que proporcionem a construção de um novo *ethos*, essencialmente marcado por possibilidades de agência e transgressão por meio da linguagem.

Concluindo seu estudo, a autora salienta que tal posicionamento corrobora com o ensino de LE, que visa a questionar discursos consagrados e hegemônicos – com ou sem o uso das tecnologias – o que pode suscitar a transmutação de paradigma proposto por ela no estudo apresentado neste capítulo.

Por fim, no capítulo 9, Lima e Kawachi enfocam o ensino de inglês como língua franca, em contraposição a modelos centrados no falante nativo, conceito questionado face às transformações paradigmáticas contemporâneas. Além disso, eles destacam as implicações do advento das tecnologias e a demanda cada vez maior do ensino de inglês para crianças, questões que evocam a reflexão sobre qual deveria ser a base do conhecimento oferecida pelos cursos de formação de professores.

Após oferecerem ao leitor vários desdobramentos a respeito da formação de professores e aos fatores que circundam este aspecto, os autores alertam para os problemas enfrentados pelo ensino de LE na pós-modernidade e salientam que estes existem pela concepção de língua e linguagem que orientam a prática dos professores, pois esta ainda estaria baseada na transmissão de informações. Em contraposição, os autores defendem uma concepção dialógica bakhtiniana, a qual se materializa em teorias de letramento, e se expande em suas redefinições de pluri e multiletramento, que se relacionam com os fenômenos de linguagem emergentes dos avanços tecnológicos. Lima e Kawachi trazem à tona tais conceitos com vistas a uma formação crítica, ética e cidadã.

Para finalizar o capítulo em questão, os autores discutem brevemente, com embasamento nesta perspectiva de multiletramentos, a respeito de trabalhos para ensino de Língua Estrangeira para Crianças (LIC) que possam utilizar redes sociais, vídeos, blogs, etc.

Em suma, a partir de nossa leitura e reflexão sobre as discussões apresentadas nos nove capítulos desta publicação, corroboradas às reflexões de Denise Bértoli Braga em seu posfácio, salientamos que a obra em questão traz reflexões sobre paradigmas que se instauram a partir do contexto sócio-histórico atual. Além disso, busca nos fazer refletir sobre o papel das línguas inglesa e portuguesa no contexto de internacionalização do ensino superior no Brasil.

A partir disso, nos atentamos a pensar sobre o papel do inglês como sendo língua franca ou língua hegemônica da globalização e a realidade da escola brasileira, definidas por meio do desafio de ensinar LI a partir de uma perspectiva translíngue crítica, ou seja, considerar termos plurais como línguas, variações linguísticas e culturas.

De modo a não nos oferecer conclusões, mas sim reflexões, os autores advogam por uma formação de professores que atrele o uso das TIC a um ensino de línguas que favoreça a criticidade e a transformação. Com isso, notamos que devemos usufruir das muitas possibilidades de imersão linguística que o mundo virtual oferece.

Recomendamos o livro àqueles que se interessam em desenvolver trabalhos e pesquisas relacionados ao ensino de língua inglesa e portuguesa no contexto contemporâneo, em suas inter-relações com as novas tecnologias, com a internacionalização e com a formação de professores com vistas à formação de novos cidadãos críticos no âmbito da globalização.

Destacamos que a obra potencialmente pode oferecer contribuições aos diferentes profissionais e estudantes interessados pelos temas abordados, bem como aos envolvidos com órgãos oficiais que deliberam acerca das políticas educacionais. Entretanto, pelo fato de a maioria dos capítulos terem a natureza de ensaio - em que se apresentam considerações e ponderações sob a perspectiva dos autores, mais do que subsídios pautados em trajetórias de pesquisa ou reflexões mais sistematizadas de construtos teóricos - consideramos que o livro se constitui como um recurso mais direcionado a estudantes de pós-graduação. Isso porque nossa análise observa que, a fim de tornar as articulações propostas pelos autores mais acessíveis, a leitura da obra requer conhecimentos prévios acerca de conceitos e problemáticas discutidos, aspecto que acreditamos caracterizar o perfil dos pós-graduandos que tradicionalmente já possuem uma trajetória de estudos.

Além disso, ressaltamos a importância de que as leituras dos capítulos da obra possam se direcionar aos aspectos discutidos com vistas a possíveis respostas aos questionamentos propostos pelos autores, de modo que as apropriações dos temas tratados possam subsidiar novos estudos no âmbito da linguística aplicada.